

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.637 - SP (2019/0357070-3)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : FRANCISCO MOSCATELLI NETO**  
**ADVOGADO : FRANCISCO MOSCATELLI NETO - SP334186**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ROGEL CESAR DE MORAES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. CUSTÓDIA PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES.  
Petição inicial indeferida liminarmente.

## DECISÃO

É evidente a deficiência na instrução do pedido ora apresentado – de que seja revogada a prisão preventiva de **Rogel Cesar de Moraes** nos Autos n. 1502628-29.2019.8.26.0548, da 6ª Vara Criminal da comarca de Campinas/SP –, porquanto a inicial veio desacompanhada de cópia da decisão que decretou a custódia.

Isso prejudica a compreensão exata do caso, inviabilizando, assim, o exame do apontado constrangimento ilegal.

Ora, o *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado, o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Por tais razões, **indefiro liminarmente** o pedido de *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

